



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0014526-69.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Busca e Apreensão**
 Requerente: **Isabel Cristina Candiani Me**
 Requerido: **Intron Brasil Comercio e Serviços de Inspeção Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Isabel Cristina Candiani ME (fls. 43/44) move ação em face de **Intron Brasil Comércio e Serviços de Inspeção Ltda**, alegando ter realizado com a ré negociação de importação de mercadorias que lhe foram entregues na mesma data em 21.11.2012, através da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A, obrigando-se a ré a lhe pagar 63.150,00 E\$ (euros) e 30.356,00 E\$ (euros), os quais deveriam ter sido pagos à autora em 24.11.2012, obedecendo à cotação verificada na sexta-feira anterior, já que as contratações se deram em 15 e 16.08.2012. A autora cumpriu com as suas obrigações. A ré deixou de efetuar o pagamento. Notificou-a, sem êxito. A autora faz jus ao recebimento dos valores supra, segundo o câmbio do dia 27.11.2012, totalizando R\$ 251.998,67. A autora sofreu danos morais à sua imagem, fazendo jus à correspondente indenização a ser fixada em R\$ 33.900,00. Pede a procedência da ação para condenar a ré a lhe pagar R\$ 251.998,67, com os encargos moratórios, além de indenização por danos morais no valor de R\$ 33.900,00, e encargos moratórios, honorários advocatícios e custas. Documentos às fls. 9/37, 59/70.

A ré foi citada (fl. 83) e contestou (fls. 109/137), sustentando que contratou a autora para a importação de equipamentos, e que a empresa Momentum Solutions Inc., localizada nos EUA, foi indicada pelo diretor comercial da autora para figurar no contrato como Pagador. Assim ocorreu. Os contratos estabeleceram que após o pagamento pela Momentum Solutions Inc., a ré reembolsaria esta última, com a conversão



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

do valor em moeda corrente nacional pelo câmbio da data do contrato. Esse é o montante em execução. Ele difere da contraprestação devida à autora pelos impostos de importação, desembaraço alfandegário e serviço propriamente dito. Por esse valor o convencionado foi R\$ 96.500,00, que foi pago pela ré mediante depósito em conta corrente indicada pela autora, efetivado em 25/10/2012. Mais à frente, um adicional de R\$ 19.250,00 ainda foi cobrado e pago. Todavia, quanto ao débito especificamente cobrado, não é devido, pela circunstância de que a Momentum Solutions Inc simplesmente não pagou o vendedor, logo não há o que reembolsar. Na realidade, o pagamento à vendedora deu-se, mais à frente, pelo representante da ré no Brasil, mediante dois depósitos na conta corrente da vendedora. Assim, a autora não faz jus ao valor postulado.

Réplica apresentada (fls. 190/191).

É o relatório. Fundamento e decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC-15, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

Saliente-se que a autora, em réplica, pediu expressamente o julgamento no estado em que o processo se encontra.

A ré, em contestação, comprovou e demonstrou a inexistência da dívida, apresentando fatos concretos e específicos, assim como prova documental, elementos que a autora, em réplica, desprezou por completo, sem qualquer justificativa.

Há nos autos duas propostas de orçamento, que foram aprovadas, às fls. 13 e às fls. 14. Essas propostas de orçamento representam os contratos celebrados entre a autora e a ré, indicando o plexo de obrigações que vinculam, especificamente, essas partes.

Tais propostas de orçamento aprovadas, porém, estão atreladas a contratos de compra e venda internacional celebrados entre a ré, de um lado, e o vendedor, com sede na Rússia, de outro, com a participação ainda de um terceiro, qual seja,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Momentum Solutions Inc., sediado nos EUA.

O terceiro, Momento Solutions Inc. participa desses contratos como aquele responsável pelo pagamento do preço ao vendedor, ao invés da ré.

Tal situação indica a necessidade de, posteriormente, a ré restituir ao terceiro, Momento Solutions Inc., o valor desembolsado por este.

É essa restituição que deveria se dar à autora que, ao que tudo indica, tem relação negocial com a Momento Solutions Inc.

Por isso é que cada orçamento apresentado pela autora e aprovado pela ré contém a decomposição de dois valores para serem pagos pela ré à autora: um primeiro valor, que é a contraprestação propriamente dita, pelos serviços prestados pela autora, de importação; um segundo valor, que corresponde exatamente ao indicado nos contratos como preço das mercadorias importadas, cujo pagamento foi neles atribuído à terceira Momento Solutions Inc.

Vale a conferência (a) o orçamento de fls. 13, diz respeito ao contrato 45-5/12, cópia às fls. 17/22, e tradução juramentada às fls. 65/70 (apesar do erro na numeração) (b) o orçamento de fls. 14, diz respeito ao contrato 45-2/12, cópia às fls. 23/28, e tradução juramentada às fls. 59/64.

Notamos, de fato, que as duas propostas de orçamento mencionam o pagamento, relativamente a cada contrato, de dois valores, um para outubro/2012, e outro para novembro/2012.

O valor para pagamento em novembro/2012, é idêntico ao montante previsto em euros em cada um dos contratos entre comprador, vendedor e terceiro-pagador.

Está demonstrado, portanto, que de fato os valores que estão sendo aqui cobrados correspondem, com exatidão, ao ressarcimento que seria devido pela ré à autora



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

pelo pagamento feito pelo terceiro-pagador – pessoa jurídica ligada negocialmente à autora - ao vendedor de quem foram importados os equipamentos.

Mesmo porque os outros pagamentos – aqueles que eram devidos em outubro/2012 – foram comprovados documentalmente, basta conferir fls. 153/155. Houve ainda o pagamento de um valor residual, conforme fls. 156/159.

Ora, assim compreendida a natureza da dívida, evidente que o ressarcimento somente é admissível se comprovado que o terceiro-pagador efetivamente desembolsou esses valores, pena de enriquecimento sem causa. Tal prova não veio aos autos, e o fato foi especificamente impugnado pela ré em contestação.

Na realidade, não só a autora não comprovou esse pagamento feito pelo terceiro-pagador como a ré comprovou a sua não ocorrência. De fato, a ré instrui contestação com prova documental de que teve de, posteriormente, firmar acordo adicional ("additional agreement") com a vendedora, assumindo a ré o pagamento desses valores, confirmam-se fls. 163/164 e 165/166. Destacam-se a menção aos números dos contratos e a coincidência exata dos valores, em euros.

Comprovou, ainda, que de fato desembolsou esses montantes, pagando à vendedora, conforme fls. 167/172.

Por fim, trouxe declaração da própria vendedora nesse sentido, fls. 173.

Conclusão é que a ré nada deve à autora, causando espécie o silêncio da autora, em réplica, a propósito de tão relevantes argumentos e provas, trazidos pela contraparte.

E, nesse tema, está bem claro que a autora litigou de má-fé, alterando a verdade dos fatos (art. 17, II, CPC-73) e usando do processo para conseguir objetivo ilegal (inciso III), motivo pelo qual ser-lhe-á imposta a multa de 1% sobre o valor da causa, nos termos do art. 18 do CPC revogado e então vigente.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Julgo improcedente a ação e condeno a autora nas custas e despesas e honorários, arbitrados estes em 10% sobre o valor atualizado da causa, condenando-a ainda ao pagamento de multa por litigância de má-fé, de 1% sobre o valor atualizado da causa.

A AJG já foi indeferida, em relação à autora. Somente se lhe concedeu o benefício de recolher as custas ao final.

P.I.

São Carlos, 07 de novembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**